

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2012, NA SALA DE REUNIÕES DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José Carmo Coutinho, Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Chefe de Divisão da Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira da Silva.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 9 horas e 40 minutos e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

MUSEU (COD. 13)

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por se referir ao Museu do Douro afirmando que é vontade geral da população a continuação do funcionamento do Museu do Douro. O orçamento atual do Museu do Douro é de 1.800.000 € e o Estado comparticipa apenas com 500.000 €, o restante é suportado com comparticipações das câmaras, privados e com receitas próprias.

Presidente

Secretário

Disse não acreditar que, com a extinção da Fundação do Museu do Douro, seja encerrado o Museu do Douro, pois seria inaceitável o fim de um projeto estruturante para o território e provocaria uma revolta dos municípios e dos cidadãos. Sendo extinta a Fundação, as câmaras deixarão de dar o seu contributo, bem como os privados, e com isso o Estado arcará sozinho com os custos do funcionamento do Museu do Douro. O Estado suporta apenas com cerca de 27% dos custos de funcionamento do museu, tudo o resto é suportado por câmaras municipais, privados e financiamento através de candidaturas a fundos comunitários. É certo que a fundação é apenas instrumental pois existe para gerir o museu. É uma fundação pública de direito privado, criada por decreto-lei, competindo ao conselho de fundadores, por exemplo por proposta do fundador Estado Português, propor a sua extinção. Mas os estatutos são claros, ao propor a extinção o estado deve indicar quem substitui a fundação na gestão do museu,

(o que não fez, deixando o projeto no vazio!) para quem reverte o património existente (o que também não fez), sendo que o património base e relevante que é a casa da Companhia, sede do Museu, é propriedade do estado e reverte automaticamente para o Estado. Em resumo: temos um museu público, criado pelo estado português por lei da assembleia da república, que funciona em instalações do estado português e que não tem órgão de gestão. É fácil perceber a quem compete resolver o problema: ao governo que o criou!

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, a propósito deste assunto, referiu, concordando com tudo o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, que apesar da extinção da Fundação do Museu do Douro, a verdade é que o edifício e a estrutura do Museu do Douro continuam lá, e só pode ser o Estado a suportar o encargo através de alguma entidade pública, provavelmente a Direção Regional da Cultura do Norte.

Numa fundamentação política que tem por objetivo poupar dinheiro, chegamos à conclusão que, das 230 fundações que estão ligadas diretamente à Administração Central do Estado, só 4 é que foram extintas, sendo 2 delas da Região do Douro, precisamente um dos territórios mais carenciados de Portugal, o que nos dá bem conta da falta de sensibilidade e de conhecimento sobre a realidade deste País, aqui demonstrada por este Governo.

Presidente

Secretário

Referiu, a título de exemplo, que a Administração Central do Estado comparticipa a Fundação de Serralves com 5.000.000 €, assim, com o corte de 30%, ou seja, de 1.500.000 €, ainda recebe 3.500.000 €, que a Casa da Música da cidade do Porto tem uma comparticipação de 10.000.000 €, passando a receber 7.000.000 €, que o Centro Cultural de Belém tem também uma comparticipação de cerca de 8 milhões de euros, passando a receber 5.600 milhões de euros. Ou seja, impõe-se uma pergunta muito simples - Será que a Administração Central não tem 500.000 € para a Fundação do Museu do Douro e continua a ter dezenas de milhões para outras fundações espalhadas pelo País? E que critérios válidos foram apresentados para esta iníqua diferença de tratamento que se não percebe de forma alguma? Disse ainda que estes são exemplos de atuação injustos, penalizando os mais frágeis, sublinhando que não está em causa a eventual justeza na atribuição daqueles financiamentos, mas apenas a injustiça na extinção desta Fundação que se não percebe em nenhuma circunstância.

Referiu ainda que não percebe apenas a posição do senhor Presidente da Câmara quando constata a sua indignação, e bem, perante o que se está a fazer ao Museu do Douro, tendo ficado em comprometedor silêncio perante a comunicação social quando o que se está a fazer ao Museu de Lamego é tão, ou mais grave, do que se está a fazer àquela instituição museológica. Uma vez mais, ter dois pesos e duas medidas completamente diferentes perante situações similares ou muito próximas, não abona a favor dos seus protagonistas, como aqui ficou demonstrado.

AUTARQUIAS (COD. 11)

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo da proposta de pronúncia elaborada pelo Grupo de Trabalho no âmbito da Reforma Administrativa Local no Município de Lamego, que irá ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 11º da Lei 22/2012, de 30 de maio, que a seguir se transcreve:

***“Grupo de trabalho no âmbito da Reforma da Administração Local no
Município de Lamego
Proposta de pronúncia à Assembleia Municipal***

Presidente

Secretário

Informação para pronúncia da Assembleia Municipal, nos termos previstos no nº5 do artigo 11º da Lei 22/2012, de 30 de Maio:

a) Identificação das freguesias situadas em lugar urbano, conforme mapa do INE:

Freguesia de Almacave, freguesia da Sé e freguesia de Vila Nova de Souto d'El Rei.

b) Número de freguesias

Antes da reforma: 24; na atual proposta: 18

c) Denominação das Freguesias:

Freguesias a manter: *Avões; Britiande; Cambres; Ferreirim; Ferreiros de Avões; Figueira; Lalim; Lazarim; Penajóia; Penude; Samodães; Sande; Várzea de Abrunhais; Vila Nova de Souto D'El-Rei*

Novas freguesias (agregadas):

Freguesia de Lamego (Almacave e Sé)

União das freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões

União das freguesias de Parada do Bispo e Valdigem

União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca

d) Limites territoriais

Todas as freguesias mantêm os mesmos limites territoriais e as freguesias agrupadas têm território correspondente aos limites dos territórios das freguesias que as integram.

e) Sedes das freguesias agrupadas

*Sede da Freguesia de Lamego (Almacave e Sé): **Lamego***

*Sede da União das freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões: **Cepões***

*Sede da União das freguesias de Parada do Bispo e Valdigem: **Valdigem***

*Sede da União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca: **Magueija***

Continuarão em funcionamento os edifícios sede das juntas de freguesias agrupadas, ali funcionando os serviços que em cada momento forem considerados adequados ao atendimento de proximidade aos cidadãos dos lugares dessas freguesias.

f) Nota justificativa

1. Cumprimento da lei

A presente proposta de reorganização administrativa do território das freguesias do concelho de Lamego respeita os critérios de agregação previstos na Lei 22/2012, de 30 de Maio, nomeadamente no que concerne à agregação, numa única freguesia, das freguesias do mesmo lugar urbano (cidade de Lamego) com a exclusão justificada da freguesia de Vila Nova de Souto D'el Rei, à inexistência, após a reorganização, de freguesias com menos de 150 habitantes e, finalmente, dando cumprimento às percentagens de redução previstas na Lei, designadamente nos artigos 6º e 7º da referida lei, com recurso à margem de flexibilidade de 20% concedidos à assembleia municipal pelo art. 7 da lei 22/2012.

2. Afinidades das freguesias

A agregação das freguesias agora proposta teve em conta as afinidades históricas e culturais das respetivas populações, bem como a existência de ligações ou dependências funcionais das redes de infraestruturas e serviços, especialmente das acessibilidades rodoviárias, bem como a tipologia das principais atividades económicas existentes nas freguesias a agregar.

3. Flexibilidade da pronúncia (redução de 20% da taxa de redução)

A proposta de agregação incide sobre o cumprimento de 50% das freguesias urbanas e de 30% das freguesias rurais. Não estando definidos os critérios a aplicar para a escolha das freguesias a agrupar, entende-se fundamental recorrer à “flexibilidade da pronúncia da assembleia municipal” de acordo com o artº 7º da Lei 22/2012 de 30 de maio, diminuindo em 20% a referida percentagem de 30% de redução do número de freguesias rurais.

4. Freguesias do lugar urbano

Propõe-se, ainda, a exclusão da freguesia de Vila Nova de Souto d'El Rei da lista das freguesias do lugar urbano de Lamego, usando a prerrogativa prevista na presente Lei, nos termos do seu artigo 5º, que se prende com o facto de a mesma integrar apenas uma pequena parte do seu território no aglomerado urbano e, mesmo assim, sendo esta área de escassa densidade e infraestruturação urbana, não incluindo equipamentos ou serviços de relevo para a cidade.

Assim, consideramos a freguesia de Vila Nova de Souto D'el Rei como rural, pois os seus aglomerados habitacionais estão dispersos por “lugares”, nomeadamente Arneirós, Chãos, Póvoa, Juvandes e Lanhosa, sendo que nenhum dos quais

Presidente

Secretário

configura qualquer “lugar urbano”, de acordo com os conceitos definidos na BGRI 2011 (Base Geográfica de Referência da Informação 2011) e apenas Arneirós tem uma pequena parte incluída na cidade de Lamego. Refira-se, ainda, que a área rural desta freguesia é de 95,67%, enquanto que, a área urbana é de 4,33%, num território de 8,78 Km², de acordo com os documentos de planeamento em vigor.

g) Ressalva

Esta pronúncia da Assembleia Municipal só tem efeitos no quadro da Reorganização administrativa do território das Freguesias em todo o País.

Será nula e de nenhum efeito se alguns Municípios do País não vierem a ser obrigados a agrupar as suas Freguesias.”

O senhor Presidente da Câmara fez uma breve explicação do documento acima transcrito afirmando que esta proposta foi elaborada pelo Grupo de Trabalho e irá ser presente à próxima sessão de Assembleia Municipal. Esta proposta foi elaborada, para cumprimento do estabelecido na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, juntando 2 das freguesias urbanas, Almacave e Sé e agregando as freguesias Cepões, Meijinhos e Melcões, as freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca e as freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, que passarão de 24 para 18 freguesias. Os nomes a atribuir às freguesias serão: freguesia de Lamego (Almacave e Sé) e união das freguesias com o nome das freguesias agregadas por ordem alfabética. Os limites territoriais das freguesias mantem-se os atuais. Os edifícios das juntas irão manter os serviços abertos aos cidadãos.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento do documento elaborado pelo Grupo de Trabalho, e deliberou, por unanimidade, remetê-lo à Assembleia Municipal, para cumprimento do estabelecido no artigo 11º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

O senhor **Presidente da Câmara** informou o executivo que esteve presente no último Conselho de Administração da Resinorte, na qual o maior acionista, que é o Estado, propôs um aumento de tarifa de 34,06€/tonelada para 39,85€/tonelada, ou seja, cerca de 17% de aumento. Conclui-se que um dos fatores que obrigou a este aumento é a redução da quantidade de resíduos que tem a ver com a diminuição do consumo em termos globais e sobretudo dos encargos financeiros. No entanto,

Presidente

Secretário

há um aspeto que é exclusivo do acionista Estado, e que tem a ver com a remuneração do capital acionista que é remunerado a taxa superior a 10%, que resulta da indexação às obrigações do tesouro que é de cerca de 7,5% e mais um spread de cerca de 2,5%.

Nas 11 empresas do grupo só existem 3 que têm esta indexação, as outras têm uma indexação semelhante à Euribor de cerca de 0,7% e que com o spread dá uma taxa entre 3% a 3,5%, estando, assim, na iminência de remunerar o capital do Estado 3 vezes mais que as outras empresas.

O senhor Presidente da Câmara informou, ainda, que se realizou uma reunião entre as Câmaras Municipais acionistas da Resinorte e que foi decidido que iria ser pedida uma reunião com as Águas de Portugal, S.A., com a Entidade Reguladora do sector de águas e resíduos e com a Ministra do Ambiente, para comunicar que não vai ser aceite um aumento de tarifa superior ao valor da inflação.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA (COD. 56)

O senhor **Presidente da Câmara** informou o executivo que, no passado dia 27 de setembro se reuniu com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Fernando Leal da Costa, para discutir diversos assuntos relacionados com os cuidados de saúde primários no concelho, nomeadamente as instalações do centro de saúde, a mudança de instalações da extensão de saúde de Valdigem, bem como a problemática do novo hospital, no que concerne à necessidade de instalar camas de agudos e à qualificação da urgência. Foi, ainda, abordada a questão relativa à dívida do ministério da saúde para com o município de Lamego, superior a 400.000€, que decorre da comparticipação nas infraestruturas do novo hospital construídas pelo município. Informou que o Secretário de Estado da Saúde Dr. Manuel Ferreira Teixeira irá visitar o novo hospital para avaliar as questões que o município tem vindo a colocar.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

O senhor **Presidente da Câmara** informou o executivo que o Sporting Clube de Lamego tem uma Comissão Administrativa Provisória, e que perdeu o primeiro jogo por falta de comparecimento e no domingo passado perdeu o jogo, mas que já jogou, o

Presidente

Secretário

que significa a continuidade do clube. Lamentou que o Sporting Clube de Lamego com o prestígio e a história que tem, esteja nesta situação, mas reiterou, como no passado, todo o apoio do município a esta instituição, esperando que também os Lamecenses apoiem o seu clube.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou o executivo que esteve presente na visita à Comissão Europeia, nos dias 20 a 22 de setembro, onde participou em diversas sessões de informação que abordaram algumas problemáticas atuais da UE: a arquitetura institucional e o processo de decisão política no seio da Comissão Europeia, os fundos estruturais e a política de coesão, a política de cultura e de educação e o programa *Juventude em Movimento*.

A visita a Bruxelas ocorreu numa altura crucial para o futuro da União que agrega 500 milhões de cidadãos. Num momento em que continua a estar em “crise social, mas, igualmente, em crise política e de confiança”, conforme alertou Durão Barroso, no início do mês, durante o seu discurso sobre o “Estado da União”, os europeus começam agora a debater a criação de um *Pacto Decisivo* que combine a necessidade de manter as economias de mercado social e, por outro lado, a necessidade de as reformar.

O senhor Vice-Presidente acredita que esta visita de trabalho ajudou a difundir as vantagens do processo de construção europeia e a garantir a disponibilidade da comunicação social, das escolas e de outras instituições de, por sua vez, divulgarem esta informação na região. Também considera benéfico, para o futuro do Município de Lamego, a informação recolhida sobre as linhas mestras do novo quadro financeiro de fundos comunitários disponíveis para Portugal entre 2014-2020.

PATRIMÓNIO (COD 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo, através da informação 414/2012, da relação de dívidas de rendas de habitação, relativas ao Bairro de Alvorações, Bairro da Feira e Bairro da Quinta de Santo António.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 28 de setembro de 2012, cuja dotação orçamental é de 677.823,23 € e a dotação não orçamental é de 134.714,58 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para aprovação a ata definitiva da reunião ordinária da Câmara do dia 18 de setembro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE SETEMBRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para aprovação a ata definitiva da reunião extraordinária da Câmara do dia 21 de setembro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE REEMBOLSO DO VALOR DAS TAXAS DE EXECUÇÃO DE RAMAL DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FILOMENA DE BELÉM LARANJO REBELO

LOCAL: LUGAR DO PEDREGAL - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 494/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação

Presidente

Secretário

n.º 590/DMSU, de 28 de setembro de 2012, seja autorizado o reembolso do montante que a senhora Filomena de Belém Laranjo Rebelo depositou na tesouraria municipal pelas taxas de execução do ramal de ligação de água, uma vez que tal ligação não chegou a ser efetuada. O valor pago foi de 155,78€, conforme comprova pela cópia da guia n.º 5183, de 30/06/2010.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, autorizar o reembolso do montante pago pela requerente.

04-ASSUNTO: APLICAÇÃO DA TARIFA DE FUGAS EM CONSUMOS ELEVADOS (COD 01)

REQUERENTE: CLÍNICA QUINTA DA CRUZ, LDA.

LOCAL: AV. DR. ALFREDO DE SOUSA N.º 33

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 505/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 601/DMSU, de 4 de setembro de 2012, seja autorizada a retificação da fatura n.º 55230/2012 de maio, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do art.2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças, ao abrigo do n.º 5 do art.40.º do Regulamento de Águas

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ ANTÓNIO BERNARDO CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 495/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, a qual refere que a GNR de Lamego remeteu o auto de notícia por contraordenação n.º 299/2012.NPA.LMG, datado de 10/09/2012, relatando que num terreno sito no Lugar da Rochão, na freguesia de Ferreirim, do município de Lamego, um indivíduo realizava uma queima, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 28º, n.º 2 da alínea b) do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro. Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-

Presidente

Secretário

Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a instauração do processo de contraordenação contra José António Bernardo de Carvalho.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, instaurar processo de contraordenação.

06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CARLOS ALBERTO COSTA PAIVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 496/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhado do auto de notícia por contraordenação da GNR de Lamego, com o registo nº CO 145/2012.NPA.LMG, datado de 24.08.2012, pela qual na sequência da denúncia apresentada por Manuel Jorge Ribeiro, residente no Lugar de Romão, na freguesia de Magueija, do município de Lamego, verificaram que no dia 14.08.2012, pelas 10h13, num terreno sito no referido lugar, pertença de Carlos Alberto Costa Paiva, não foi efetuada a gestão de combustível, havendo forte densidade de matos que em caso de incêndio podem pôr em risco a habitação do denunciante e demais pertences, o que constitui infração ao abrigo do n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 38º e punida pelo n.º 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra o senhor Carlos Alberto Costa Paiva.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, instaurar processo de contraordenação.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDAS: MARIA MANUELA FERNANDES DE CARVALHO GORDO E CIDÁLIA FERNANDES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 497/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhado do auto de notícia por contraordenação da GNR de Lamego, com o registo nº CO 135/2012.NPA.LMG, datado de 24.08.2012, no qual relata que, na sequência de uma denúncia efetuada

Presidente

Secretário

por Maria de Fátima Costa Lourenço, residente em Lazarim, verificaram que no dia 14.08.2012, pelas 10h05, um terreno sito na Rua José Lopes, na freguesia de Lazarim, do município de Lamego, pertença de Maria Manuela Fernandes de Carvalho Gordo e de Cidália Fernandes, junto à habitação da denunciante, encontra-se cheio de combustíveis, pondo em perigo a referida habitação, em caso de incêndio, pelo que constitui infração ao abrigo do n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista na alínea o) do nº 2 do artigo 38º e punida pelo nº 1 do mesmo artigo e diploma legal, pelo que propõe que seja instaurado processo de contraordenação contra processo de contraordenação a Maria Manuela Fernandes de Carvalho Gordo e Cidália Fernandes.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, instaurar processo de contraordenação.

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDAS: ROGÉRIA RIBEIRO PEREIRA GONÇALVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 498/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, a qual refere que a GNR de Lamego remeteu o auto de notícia por contraordenação n.º 136/2012.NPA.LMG, datado de 17/08/2012, relatando que num terreno sito na Matancinha, na freguesia de Penude, a senhora Rogéria Ribeiro Pereira Gonçalves realizava uma queima de sobrantes agrícolas, cortados e amontoados, perto da sua residência, em período crítico, sendo que tais factos constituem infração ao disposto no artigo 28º, nº 1, alínea b) do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contraordenação prevista no artigo 38º, nº 2, alínea p) e punida pelo nº 1 do mesmo artigo e diploma legal

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a instauração do processo de contraordenação contra Rogéria Ribeiro Pereira Gonçalves.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, instaurar processo de contraordenação.

Presidente

Secretário

09-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 242/2010 (COD 17)

ARGUIDA: FREGUESIA DE SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 499/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo, ao abrigo do nº 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, a aplicação à arguida Freguesia de Sande pela conduta contraordenacional a coima no montante de € 1000,00 (mil euros), nos termos do nº 1 do artigo 95º do Regulamento dos sistemas municipais de distribuição de água, drenagem de águas residuais e tarifário do Município de Lamego; no que concerne a sanções acessórias genericamente previstas nos artigos 21º e seguintes do Decreto-lei nº 433/82, de 27 de Outubro, não se justifica a sua aplicação no caso concreto.

Mais propõe, que se notifique, nos termos do nº 2 do artigo 46º e artigos 47º e 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, e que se informe a arguida de que esta decisão transitará em julgado, tornando-se exequível, se não for impugnada judicialmente, através de recurso escrito, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da notificação, do qual constem alegações sumárias e conclusões, que deverá ser presente à Autoridade Administrativa ao abrigo do disposto no artigo 59º e seguintes do Decreto-Lei nº 433/82, de 27/10, na redação dada pelo Decreto-Lei 244/95, de 14/09;

A Junta de Freguesia de Sande dispõe de um prazo de 10 (dez) dias, subsequentes àqueles vinte, ou seja, após o carácter definitivo ou o trânsito em julgado da decisão de aplicação da coima, para liquidar a mesma, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efetuar-se na Tesouraria deste Município, no horário normal de expediente, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, mediante guias que a arguida deve solicitar no Gabinete de Atendimento ao Público desta Câmara Municipal.

Se for interposto recurso judicial, o tribunal competente julgará e não poderá agravar a presente decisão por vigorar a proibição de *“reformatio in pejus”*, podendo decidir mediante audiência ou, caso a arguida e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.

Presidente

Secretário

No caso de ser impossível à arguida efetuar o pagamento da coima aplicada no prazo referido, deverá o facto ser comunicado à Exma. Câmara Municipal, por escrito e com a devida antecedência, para os efeitos do disposto nos n.ºs. 4 a 6 do artigo 88.º do citado Dec. Lei, sendo que em caso de entrega de requerimento para efeitos de adiamento ou pagamento em prestações, deverá ser feita a junção de documentos comprovativos e atualizados da situação económica da arguida (declaração de IRC, IRS, certidões das finanças, da junta de freguesia, etc.)

Decorrido o prazo para o pagamento da coima sem que a mesma seja liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Lamego ou tenha sido entregue requerimento para os efeitos mencionados no parágrafo anterior, será o processo remetido ao Tribunal da Comarca de Lamego, para efeitos de execução, ao abrigo do disposto no artigo 89.º do normativo legal em referência.

Deliberado: Aprovado, por maioria, com o voto contra do senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Estive a ler com cuidado a documentação produzida sobre esta matéria, por razões de natureza política, e verifico que não há nenhuma referência concreta à defesa apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sande que alega, nomeadamente, tal facto ter ocorrido na sequência da falta de abastecimento público de água a determinados locais da freguesia e, como era já usual em casos passados semelhantes, com o conhecimento de responsáveis municipais, procedeu da forma evidenciada no presente relatório. Não concordo, portanto, com a indiferença a que foi votada tal argumentação.

Não concordo, ainda, com esta conclusão porque a ligação foi feita para benefício público, o que, quando comparada com um caso semelhante que aconteceu há anos atrás, também com uma entidade pública que foi o IPTM, o processo foi arquivado, o que denota a existência de dois pesos e duas medidas por parte desta Câmara, perante situações em que, a haver diferenças, elas são completamente a favor da Junta de Freguesia de Sande, e não o contrário.”

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que a tese que a Junta de Freguesia de Sande alegou, ao dizer que o desvio de água foi feito para benefício da população, não resulta de qualquer facto provado. Portanto, como esse facto não está no processo, não existe e não existindo, tem de se aplicar o que a lei prevê.

Presidente

Secretário

Quanto às alegações proferidas pelo senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro são meramente políticas, não podendo confundir a política com a aplicação da lei.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que o desvio de água não foi para benefício público, mas sim para benefício da própria Junta e dos munícipes abastecidos por essa entidade com água paga pelos restantes munícipes do concelho de Lamego. Quanto à comparação com um caso semelhante que aconteceu com o IPTM, em plena campanha eleitoral de 2005, o senhor Presidente referiu que os casos não são comparáveis, pois na situação do IPTM teve a ver com água para a rega de jardins e parques públicos que eram regados com água da rede pública em todos os cais do IPTM ao longo do Douro. Na presente situação o que aconteceu foi que a Junta de Freguesia de Sande procedeu ao fornecimento de água a alguns munícipes, recorrendo a água da rede municipal, ou seja, paga pela Câmara Municipal e fez, ela própria, o fornecimento dessa água a apenas alguns dos habitantes da freguesia de Sande, cobrando determinada quantia por algo que não lhe pertencia. Isto traduz-se num prejuízo para o município e numa falta de equidade com as outras juntas de freguesia e cidadãos do concelho.

10- ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 144/2010 (COD 17)

ARGUIDA: ZITA MARIA FERREIRA DAMIÃO RIBEIRO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 500/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, segundo a qual, propõe, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º, do Decreto-Lei n.º 438/82, de 27 de Outubro, o arquivamento do processo de contraordenação n.º 144/2010, instaurado a Zita Maria Ferreira Damião Ribeiro, notificando a arguida, dessa decisão.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, arquivar o referido processo de contraordenação, notificando a arguida desta decisão.

11-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E OUTROS ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS (COD 26)

REQUERENTE: LUIS FILIPE PAREDES DUARTE

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 501/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 19 de setembro de 2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos, no dia 29 de setembro de 2012, das 23.00 horas às 02.00 horas, para a realização da Gala das Vindimas 2012, na Quinta Branca, na Freguesia de Valdigem, Município de Lamego.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

12-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E OUTROS ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS (COD 26)

REQUERENTE: LUIS FILIPE PAREDES DUARTE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 501/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 19 de setembro de 2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos, no dia 29 de setembro de 2012, das 22.00 horas às 00.00 horas, para a realização de festa de casamento, na Quinta Branca, na Freguesia de Valdigem, Município de Lamego.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: ANDRÉ MANUEL DE CARVALHO FERREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA MATA - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 506/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2585 de 02/08/2012, e com o parecer do Chefe da DUDE, de 29/08/2012, e dado que o requerente foi notificado, nos termos do n.º 5 do artigo 71º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, e não tendo solicitado a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, nem se pronunciou dentro dos prazos concedidos, propõe à Câmara Municipal que delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento

Presidente

Secretário

com o consequente arquivamento definitivo do processo, dando conhecimento desta decisão ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

14- ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (LEGALIZAÇÃO) (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ ANTÔNIO SILVA CARNEIRO

LOCAL DA OBRA: SENHOR DO ALÍVIO - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 507/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2977, de 05/09/2012, e com o parecer do Chefe da DUDE, de 06/09/2012, referindo que o requerente não solicitou a emissão do alvará de loteamento no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caduca, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

15- ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM ANEXO PARA ARRUMOS (COD 42)

REQUERENTE: MANUEL MONTEIRO DA SILVA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA SORTINHA - AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 508/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2690 de 08/08/2012, e com o parecer do Chefe da DUDE, de 04/09/2012, propondo que se reconheça o interesse na conclusão da obra referenciada em epígrafe, e nos termos do definido no n.º3, do artigo 88º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e seja admitida a comunicação prévia para a sua conclusão, pelo prazo de um mês, atendendo a que não se mostra aconselhável a demolição da obra, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas e económicas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

16-ASSUNTO: QUEIXA DE UMA CASA EM RUÍNA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA N.º 19 DE 08/08/2012 (**COD 42**)

REQUERENTE: ROLANDO PINTO PEREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO OUTEIRO - FIGUEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 509/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria referenciado, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – Conclusão, do citado Auto de Vistoria

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

17-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO NA RUA DA COLUMELA E NA PRACETA ENG. ARANTES DE OLIVEIRA (**COD 61**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 503/61/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao conteúdo da informação nº586/DMSU, propõe à Câmara Municipal que ao abrigo do Dec. Lei 44/2005, de 23 de fevereiro, aprove a seguinte alteração de sinalização:

Na Rua do Columela: criação de um parque de estacionamento reservado a motociclos e anulação do lugar para deficientes- H1a (estacionamento autorizado) acompanhado com painel adicional (motociclos).

Na Praceta Eng. Arantes e Oliveira: criação de um lugar reservado a deficientes no último lugar de estacionamento desta praceta - H1a (estacionamento autorizado a deficientes)

A sinalização anteriormente referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98, de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002, de 20.08.

Deliberado: Aprovada por unanimidade

18-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA A REALIZAÇÃO DO VII RALI DE PORTUGAL HISTÓRICO (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 504/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao conteúdo da informação nº591/DMSU, propõe à Câmara Municipal, no uso da competência que

Presidente

Secretário

Ihe confere o Artº 8º do Decreto Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, a autorização para a realização da VII Rali de Portugal Histórico, que decorre de 9 a 13 de outubro com passagem nas vias sob a nossa jurisdição, no dia 11 de outubro de 2012, para a realização deste evento vai ser necessário o seguinte:

Proibição de estacionamento, na Rua Cónego José Pinto Teixeira, dos dois lados, a partir do acesso às piscinas e no espaço em terra onde se realiza o 3 de Maio, entre as 06:00h e as 17:00h;

Proibição de trânsito na Rua Cónego José Pinto Teixeira e no arruamento de acesso à Nossa Senhora dos Remédios, entre as 10:00h e as 17:00h.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

19-ASSUNTO: PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - DIVIDA DE RENDA (COD 47)

REQUERENTE: ANTÓNIO CARDOSO INÁCIO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 510/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 422/PAT/MCA, dando conhecimento da pretensão da Senhora D. Maria Seabra Rodrigues, cônjuge do nosso arrendatário António Cardoso Inácio, moradora no Bairro da Feira, Bloco A1, casa 14, no sentido de que lhe seja reformulado o seu plano de pagamento em prestações, em virtude de o seu rendimento mensal ter sido reduzido a € 385,86 mensais, (€ 178,80 oriundos do RSI, que sofreu um corte considerável e € 207,06 a título de pensão de invalidez do marido).

A Câmara Municipal deferiu, a 20 de abril, um plano de pagamento oriundo de dívidas de rendas de habitação no valor de € 1.621,95, em 39 prestações mensais e consecutivas, no valor de € 41,59, sendo que a requerente procedeu ao pagamento de apenas quatro delas.

Presidente

Secretário

Neste momento tem uma dívida no valor de 1.604,09, relativa aos meses de maio de 2009 a novembro de 2011 e ainda fevereiro, maio, julho e agosto de 2012.

Tendo em conta as dificuldades vividas pela requerente, propõe-se a apreciação do seu pedido no sentido de que a prestação seja no valor de € 26,73 (neste caso seriam 59 prestações no valor de € 26,73 e uma no valor de € 27,02).

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente.

20-ASSUNTO: PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - DIVIDA DE RENDA (COD 47)

REQUERENTE: GUIOMAR SALAZAR BRAGA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 511/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 420/PAT/MCA, dando conhecimento que, Guiomar Salazar Braga, moradora na quinta de Sto. António, lote 33, bloco A, R/C Dtº, possui rendas de habitação em atraso no valor de **€ 380,60** (trezentos e oitenta euros e sessenta cêntimos), o que de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de € 102,00. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, propõe-se à Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em 8 prestações, sete no valor de € 47,57 e uma no valor de € 47,61.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente.

21- ASSUNTO: QUIOSQUE NA RUA DE FAFEL (COD 47)

REQUERENTE: MANUEL DE OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 512/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 370/2012, dando conhecimento da pretensão do senhor Manuel de Oliveira, no sentido de se retratar do seu anterior pedido que foi, aliás, deferido pela Câmara

Presidente

Secretário

Municipal, em reunião datada de 10 de julho, de rescindir do direito de ocupação do quiosque sito na Rua de Fafel.

O senhor Manuel de Oliveira tinha intenção de ceder a sua posição contratual a Ana Machado, facto que foi alvo das informações 210/PAT/MCA e 274/DAC. Após a Câmara ter deliberado no sentido de extinguir o direito de ocupação e preceder à abertura de novo concurso público, o requerente foi disso mesmo notificado, mediante o ofício n.º 8163, de 12 de junho de 2012.

Vem agora, uma vez que a sua condição de saúde se alterou, o que o vai obrigar a uma intervenção cirúrgica, não lhe permitindo manter os seus planos de emigrar, solicitar que a Câmara lhe permita continuar a ocupar o espaço em causa.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE DÍVIDA DE FATURAÇÃO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FAUSTO MAGNO CORREIA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 513/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao pedido do senhor Fausto Magno Correia Rodrigues, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial n.º8627, na Qta dos Aciprestes, Amoreiras, solicitou o pagamento da dívida da água, em prestações mensais, alegando não ter possibilidades económicas para o fazer na totalidade. De acordo com a informação n.º 620/DMSU, de 01/09/12, foi emitido pela Tesouraria Municipal o respetivo plano de pagamentos em 12 prestações mensais, iguais e sucessivas, que envolve o valor em dívida de 794,19€ da faturação que deixou em atraso entre junho de 2006 e agosto de 2012, acrescido de 204,00€ de taxa de justiça respeitante ao processo de reclamação de créditos, pelo que propõe à Câmara se digne deliberar a aprovação do referido plano, onde consta o número de prestações, o valor de cada uma e prazo de pagamento. Deve ser dado conhecimento ao requerente de que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia da liquidação e que a falta de pagamento de uma das prestações, implica a exigibilidade da totalidade das restantes e a sujeição ao corte imediato do fornecimento de água.

Presidente

Secretário

Para além do cumprimento do estabelecido no presente plano, deverá manter regularizada a faturação mensal respeitante ao fornecimento de água da sua habitação, tomando como referência a fatura do mês de setembro de 2012.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

23-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO -
LEGALIZAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: ANTONIO JOAQUIM MARQUES TEIXEIRA

LOCAL DA OBRA: RUA DA PEDREIRA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 514/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2672 de 09/08/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, de 05/09/2012, dando conhecimento que o requerente pretende proceder à legalização de um edifício de habitação e comércio construído em 1998 e que até hoje se encontra ilegal. No entanto, o edifício é habitado e o estabelecimento está em funcionamento.

De acordo com a referida informação, o edifício é abrangido pelo PROZED e está sujeito a apresentação de um estudo de integração paisagística. Não cumpre o artigo 13º do regulamento do PDM, relativamente ao número de lugares de estacionamento dentro do lote. No entanto, neste caso aplica-se o n.º 3 do referido artigo, pois é de todo impossível criar 11 lugares de estacionamento dentro do lote, pelo que pode a Câmara Municipal dispensar 7 lugares de estacionamento dentro do lote, fixando também o valor da compensação. A cêrcea do edifício não cumpre artigo 7º do regulamento do PDM, pois possui 5 pisos acima da cota de soleira quando só poderia ter 3 pisos. A questão do PROZED é ultrapassada com a apresentação de um estudo de integração paisagística. Dado que a DRCN emitiu parecer favorável o único impedimento para a legalização da construção é a cêrcea do edifício. Sendo assim, é proposto à Câmara Municipal delibere se aprova o projeto e legaliza o edifício, ou se ordena a demolição do mesmo.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto e legalizar o edifício.

Presidente

Secretário

24-ASSUNTO: PEDIDO DE VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS – AUTO DE VISTORIA N.º21 DE 04/09/2012 (**COD 42**)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE DA COSTA FERREIRA

LOCAL DA OBRA: RUA DO FORNO - VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 515/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual propõe a homologação do auto de vistoria n.º 21, de 04/09/2012, para efeitos previstos no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, homologar o auto de vistoria n.º 21, de 04/09/2012, devendo ser dado conhecimento do seu teor ao requerente.

25-ASSUNTO: QUEIXA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM – PROC. N.º 259/09 (**COD 42**)

QUEIXOSA: MARIA ENCARNÇÃO RIBEIRO COELHO

LOCAL: RUA DO BARRONCO – ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 516/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual é proposto à Câmara Municipal que seja deliberado ser sua intenção vir a determinar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, tomar posse administrativa da garagem clandestinamente executada por António Júlio Soares Direito, com vista à execução coerciva das respetivas obras de demolição, nos termos do disposto nos artigos 107.º e 108.º do mesmo diploma legal, aplicáveis por remissão do n.º 2 do citado artigo 91.º, precedida da sua audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, aplicável por remissão do artigo 122.º desse diploma legal

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

26-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (**COD 51**)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO “TREBARUNA”

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 517/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 5, 13, 14, 20, 21, 27 e 28 de Outubro de 2012 e 01, 03 e 04 de Novembro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor, neste Município de Lamego.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

27-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DE CIRCO (COD 51)

REQUERENTE: CIRCO CLÁUDIO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 518/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, segundo a qual, no seguimento do pedido do representante do Circo “Cláudio” propõe que seja autorizada a Instalação, do Circo “Cláudio”, para a realização de espetáculos nos dias 6 e 7 de Outubro de 2012. Tendo em conta as características de “tradição cultural” em que os circos se inserem, propõe ainda a isenção da cobrança da taxa de ocupação de espaços públicos, sendo que, como contrapartida, o Circo “Cláudio” oferece entradas grátis às crianças até aos 10 anos de idade das nossas escolas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

28-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

29-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira da Silva.

O Presidente,

O Secretário